

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 28 de maio de 2024 às 07h57
Seleção de Notícias

Correio Braziliense | BR

Marco regulatório | INPI

Pesquisa e inovação no setor farmacêutico sob ameaça 3
OPINIÃO CORREIO BRAZILIENSE

Correio Braziliense - Online | BR

Pirataria

Comércio ilegal gera prejuízo de R\$ 441 bi ao governo e a 15 setores 5

Migalhas | BR

27 de maio de 2024 | ABPI

MIGALHAS nº 5.858 7

Pesquisa e inovação no setor farmacêutico sob ameaça

OPINIÃO CORREIO BRAZILIENSE



Pesquisa e inovação no setor farmacêutico sob ameaça

- REGINALDO ARCURI Presidente-executivo do Grupo FarmaBrasil

As empresas nacionais enfrentam instabilidades constantes no que diz respeito às questões jurídicas no país, atrasando investimentos. No setor farmacêutico e farmoquímico, não é diferente. Vivemos, e não é de hoje, uma permanente incerteza jurídica. Há três anos, o Supremo Tribunal Federal (STF) estabeleceu que o prazo para a exclusividade de uma patente de medicamento é de 20 anos, independente do período de análise pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**). Decisão assertiva, tomada para viabilizar a condução célere e eficiente dos processos administrativos, mas que não vem sendo respeitada na sua integralidade.

Desde o julgamento, são várias as ações judiciais que tentam, de alguma forma, inclusive sob a justificativa de atraso pelo **INPI**, prolongar a exclusividade da patente. Já foram mapeadas 59 ações no Judiciário, sendo três reclamações no Supremo Tribunal Federal (STF). Culpar o instituto para obter vantagens é um caminho que nenhuma empresa, na-

cional ou estrangeira, deveria seguir. Pelo contrário, nossos esforços devem se concentrar no fortalecimento do órgão, visando o que todos querem: a redução no prazo de análise de novas patentes.

É preciso apoiar, por exemplo, o projeto de lei que veda o contingenciamento dos recursos destinados ao **INPI**. Essa tem sido nossa batalha, trabalhar pela recomposição do seu orçamento, por entendermos ser a solução mais eficaz para dar robustez ao esforço dos profissionais. Não é só nossa, muitos também apoiam e reconhecem a importância dessa iniciativa, mas, infelizmente, existem outras frentes que atuam em movimentos contrários.

Exemplo disso são 10 projetos de lei que tramitam no Congresso para alterar a Lei de **Propriedade Industrial** e que acendem um sinal vermelho para uma conquista já alcançada. Colocando os pingos nos is, o que se pretende é restabelecer o debate sobre o prazo de exclusividade de patentes no Brasil, um confronto à decisão do STF. Não podemos permitir que haja retrocesso. Da forma como o rumo está seguindo no parlamento, estamos prestes a recriar um ambiente de insegurança jurídica às empresas nacionais e prejuízos à saúde pública. E mais, colocar em xeque os investimentos em pesquisa, inovação e desenvolvimento tecnológico.

Uma das iniciativas que avançam é um projeto que permite à empresa solicitar patente efetuar alterações no pedido até o requerimento do exame pelo **INPI**. Na prática, alguns laboratórios podem usar desse artifício para atrasar a análise pelo **INPI** e conseguir mais tempo de exclusividade na comercialização do medicamento para além dos 20 anos, comprometendo o sistema de patentes.

O prazo existe justamente para que os inventores possam vender o produto sem concorrência. E somos

Continuação: Pesquisa e inovação no setor farmacêutico sob ameaça

favoráveis à medida. O que não se pode aceitar são as artimanhas que tentam criar para estender esse tempo, inviabilizando a produção de genéricos e biossimilares e o lançamento no mercado a custos bem mais baixos. Perde o SUS, grande comprador de medicamentos, com o impacto bilionário no orçamento do Ministério da Saúde, que fica refém de apenas um fornecedor, e perde o próprio consumidor. Se hoje nossa balança comercial tem um deficit de mais de US\$ 10 bilhões em medicamentos e a maior parte disso são de itens que correm o risco de ter extensão de patentes, o perigo de um arrefecimento maior é grande.

O setor é gigante, gera emprego e renda, investe em pesquisa e inovação. Para demonstrar a capacidade de inovação das empresas nacionais, recentemente tivemos pelo menos dois laboratórios, a Hypera e a Althaia, que captaram recursos da linha de inovação do Nova Indústria Brasil (NIB), junto ao BNDES, de mais de R\$ 700 milhões para investimentos. A

Biommm também está voltando a produzir insulina, atendendo e disponibilizando o medicamento à população que precisa. É a retomada da produção nacional, na linha com a missão da NIB.

Precisamos permanecer vigilantes, defendendo incansavelmente a continuidade do fortalecimento da política industrial, fundamental para expandir o acesso da população a tratamentos de saúde e com custo menor. Toda e qualquer medida que se mostre efetivamente capaz de contribuir para uma maior estruturação e eficiência da tramitação de **patentes** deve ser incentivada e apoiada com o objetivo final de se atingir um sistema nacional de **propriedade** intelectual robusto, equilibrado e eficaz. Contudo, mudanças que pretendem apenas produzir efeitos retrógrados na Lei de Propriedade Industrial trarão sérios riscos aos investimentos e avanços tecnológicos no país.

Comércio ilegal gera prejuízo de R\$ 441 bi ao governo e a 15 setores



Levantamento do Fórum Nacional contra a **Pirataria** e a Ilegalidade (FNCP) mostra a extensão do contrabando e de outras atividades ilícitas. Tema ganha maior relevância com a reforma tributária, que pode onerar produtos legalizados

A regulamentação da reforma tributária é crucial para diversos setores produtivos, principalmente os que mais sofrem com a concorrência desleal do comércio ilícito. Desde a aprovação da PEC 45/2019, setor produtivo, governo e parlamentares falam sobre a importância de manter a neutralidade prometida na reforma - ou seja, evitar aumento de carga tributária. Caso contrário, além de prejudicar o crescimento da atividade econômica, há risco de impulsionar o mercado ilegal, que tem fortes conexões com o crime organizado.

Segundo o doutor em direito tributário Fábio Soares de Melo, as discussões acerca da reforma tributária devem considerar, dentre outros aspectos relevantes, as premissas da simplificação do sistema normativo, da desburocratização dos procedimentos operacionais e da redução da carga impositiva sobre os produtos e serviços. "A observância à isonomia entre produtos do mesmo gênero, a concorrência leal, o controle da legalidade e o combate ao mercado ilegal se revelam imprescindíveis à garantia de um sistema tributário justo e equânime", explicou.

De cada 100 cigarros comercializados no Brasil em 2023, 36 eram ilegais, revela Ipec

Contrabando de cigarros eletrônicos tinha adolescentes como alvos

Artigo: Neutralidade tributária para frear mercado ilegal

Soares ressaltou que devem ser adotados mecanismos de controle da informalidade, do mercado ilícito (produção sem controle e registro, **falsificação**, contrabando etc.) e do consumo de produtos prejudiciais à saúde. "De forma que as perdas de receitas públicas por meio da prática da sonegação fiscal sejam minimizadas, garantindo uma arrecadação tributária adequada e eficiente", afirmou.

Despesas

O mais recente levantamento divulgado pelo Fórum Nacional contra a **Pirataria** e a Ilegalidade (FNCP) mapeou o prejuízo causado pelo comércio ilegal em 15 setores industriais e ao governo brasileiro. Entre perdas do setor produtivo (R\$ 302,2 bilhões) e evasão fiscal (R\$ 139 bilhões), o país viu sumir o equivalente a R\$ 441,2 bilhões ano passado - valor 7,5% maior em relação ao ano anterior.

Diante do imenso desafio do governo brasileiro em equilibrar as contas públicas e negociar com o Legislativo medidas para elevar a arrecadação, o FNCP mostra que o combate ao mercado ilegal pode ser uma alternativa. A perda bilionária indicada pelo Fórum representa 4% do PIB, que é toda a riqueza produzida no país.

O presidente do FNCP, Edson Vismona, alerta que o número de perda pode não refletir o tamanho real do problema, já que há outros mais de 30 setores mapeados que sofrem com prejuízos com o mercado ile-

Continuação: Comércio ilegal gera prejuízo de R\$ 441 bi ao governo e a 15 setores

gal, mas não informam as estimativas de perdas. "Se o produto legal fica mais caro por causa do aumento de impostos, isso vai favorecer o contrabando, porque ele não paga imposto e tem benefícios com qualquer aumento de carga tributária. É uma relação direta, imediata e um alerta absolutamente necessário", pontuou.

Para discutir o impacto da reforma tributária na Economia e na Segurança, o Correio promove em 5/6 o evento "Impacto da Reforma Tributária na Economia

e na Segurança Pública". Sob o formato de CB Fórum, autoridades governamentais, legisladores e especialistas debaterão a necessidade de regulamentações que visem combater o mercado ilegal e o crime organizado.

Estagiário sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

MIGALHAS nº 5.858

Segunda-Feira, 27 de maio de 2024 - Migalhas nº 5.858.

Fechamento às 09h25.

"Não basta ter razão; cumpre saber tê-la."

Machado de Assis

Relações

Durante uma audiência de custódia, um advogado criminalista discutiu com o juiz, acusando-o de não realizar o "aviso de Miranda". Em entrevista ao Migalhas, o advogado afirmou que "juízes e promotores abusam por conivência dos advogados". ()

Relações - II

Antes de uma audiência na 2ª vara Criminal de Jacarepaguá/RJ, na semana passada, juiz ordenou que advogado fosse revistado e tivesse o celular apreendido. A OAB/RJ classificou como "absurdo" o comportamento do magistrado. ()

Relações - III

Esta não a primeira vez que o magistrado e o causídico (citados na nota acima) se desentendem. Em março deste ano, o juiz determinou a apreensão de uma gravação efetuada pelo advogado.

Honorários por equidade

Julgamento no STF que discutirá a possibilidade de fixação de honorários por equidade deve se restringir a causas da Fazenda, deixando de fora as privadas. Após pedido da OAB neste sentido, a Suprema Corte publicou o acórdão em que admite o recurso; no voto de Moraes, ele cita "fixação de honorários advocatícios contra a Fazenda Pública" e que o caso envolve "valores expressivos de dinheiro público". ()

Revista íntima em presídios

Ministro Cristiano Zanin pediu vista e paralisou julgamento que analisava constitucionalidade de revista íntima a visitantes de estabelecimento prisional. Até a suspensão, o placar estava 5x4, com maioria para proibir o procedimento. ()

Trabalho infantil

TST reconheceu a competência da Justiça do Trabalho para julgar uma ação civil pública sobre crianças e adolescentes que trabalhavam nas ruas a mando da avó. Segundo a ministra Liana Chaib, relatora do caso, o vínculo afetivo familiar não impede o reconhecimento de uma relação de trabalho nem descharacteriza vícios da exploração do trabalho infantil. ()

24 horas

Juíza de Toledo/PR determinou que construtora pague verbas rescisórias e indenização por danos morais a empregado que foi dispensado sem justa causa apenas um dia após iniciar suas atividades na empresa. ()

Piso salarial

Juíza mandou município do Rio de Janeiro pagar diferenças salariais retroativas a um professor infantil que atuava no cargo desde 2018, mas não recebia piso nacional da categoria. ()

Pretensão não resistida

MRV não pagará honorários em ação movida por cliente que cobrava restituição de um cancelamento de hipoteca no valor de R\$ 210,98. Como a construtora concordou com o pedido, e prontamente reembolsou o valor, ou seja, não resistiu à pretensão do autor, o TJ/SP entendeu que não caberia condenação em honorários. ()

Honorários majorados

TJ/PE manteve decisão que condenou plano de saúde a custear, em clínica particular, tratamento multidisciplinar a criança com autismo. Colegiado também majorou em 10x os honorários de sucumbência a serem pagos pela empresa de saúde. ()

Viagem frustrada

Hurb foi condenada a pagar danos morais, materiais e temporais por uma viagem não realizada. Para juíza de Belém/PA, houve falha na prestação dos serviços. ()

Corrida cancelada

TJ/GO manteve indenização a cadeirante que processou a Uber devido ao reiterado cancelamento de corridas pelos motoristas. ()

Cotas raciais

Ministro Flávio Dino prorrogou a vigência da lei de cotas, que reserva 20% das vagas em concursos públicos federais para candidatos negros, até que o Congresso aprove uma nova norma sobre a matéria. ()

Aborto após 22 semanas

Ministro Alexandre de Moraes suspendeu todos os processos judiciais, administrativos e disciplinares movidos contra médicos por suposto descumprimento da resolução do Conselho Federal de Medicina que restringe o aborto em gestações decorrentes de estupro após 22 semanas. ()

Cancelamento unilateral

Após aumento significativo nas reclamações de consumidores, 20 operadoras de planos de saúde têm um prazo de dez dias para responder à Senacon sobre cancelamentos unilaterais de contratos realizados recentemente. ()

Desvio funcional

Desembargadora do TJ/MS teve aposentadoria compulsória mantida pela 1ª turma do STF. A magistrada foi afastada pelo CNJ após utilizar carro oficial e escolta para buscar filho preso por tráfico de drogas e transferi-lo para clínica psiquiátrica. Em 2019, o mesmo colegiado havia negado outro pedido da defesa de anulação da decisão. ()

Tribunal da TV

"Escola Base - Um Repórter Enfrenta o Passado" e "O Caso Evandro" foram, na última quarta-feira, mencionados pelo ministro Dias Toffoli, durante sessão plenária do STF, como documentários que denunciaram injustiças decorrentes da má apuração jornalística. ()

Identidade falsa

A 3ª seção do STJ julgará se o delito de falsa identidade é crime formal, que se consuma quando o agente fornece, consciente e voluntariamente, dados inexatos sobre sua real identidade, e, portanto, independe da ocorrência de resultado naturalístico. ()

!!!

TJ/MG manteve decisão que responsabilizou um hospital, um médico anestesista e um plano de saúde a indenizar paciente em R\$ 200 mil após o médico ter injetado álcool 70% em vez de anestesia durante uma cirurgia de varizes. ()

Alô?

Cliente que sofreu insistentes cobranças por um banco, referentes a uma dívida inexistente, será indenizado. ()

Arrependimento

Corretora de seguros deve interromper parcelas de

consórcio após o cliente solicitar o cancelamento dentro do período de arrependimento. ()

Parto

Distrito Federal deverá indenizar paciente que deu à luz em banheiro de hospital público. ()

Abandono

Homem que deixou de pagar pensão alimentícia ao filho foi condenado por abandono material. ()

Nota

Universidade terá de indenizar ex-aluna que foi obrigada a repetir disciplina por falha no lançamento das notas. ()

Concurso

Magistrado concedeu liminar em favor de candidata considerada inapta em avaliação médica e odontológica de concurso ao cargo de soldado. A mulher teve inaptidão declarada em virtude de joanete. ()

Arte no Tribunal

TJ/MS abriu concurso para a escolha do novo monumento do Fórum de Campo Grande. O certame é aberto a artista de todo o país, mas a obra deve remeter à regionalidade local. O prêmio para o primeiro lugar é de R\$ 50 mil. ()

Migas

STJ - Cabe ao juízo da execução julgar bloqueio de valor de recuperanda. () TST condena siderúrgica por demissão em massa sem pagamento de verbas. () TRF-1 mantém decisão que negou anistia política a ex-carteiro grevista. () TRT-3 condena supermercado por falta de local de amamentação. ()

"Tinder da adoção"

No último sábado, 25 de maio, foi comemorado o Dia Nacional da Adoção. Em sessão do CNJ, ministro Barroso destacou uma ferramenta que permite a busca ativa, possibilitando combinar a expectativa dos adotantes com as circunstâncias de quem está sendo adotado: "uma espécie de Tinder para fins de adoção". ()

Sonho realizado

Em celebração ao Dia Nacional da Adoção, Raquel Correia Lima, técnica judiciária do TJ/RO, compartilhou sua jornada como mãe adotiva, e a espera de quatro anos até conhecer seu filho Rodrigo: "paixão à primeira vista". ()

Adote um Boa-Noite

Embora haja mais de 36 mil pretendentes à adoção, 4,7 mil crianças ainda não encontraram um lar. A conta não fecha porque a grande maioria dos acolhidos tem mais de 8 anos, e a procura é por crianças mais novas. Para ampliar as chances de adoção tardia, o TJ/SP conta com o programa "Adote um Boa-Noite", que visa estimular a adoção de crianças com mais de 8 anos e com alguma deficiência, perfil com poucos interessados. ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Colunas

Migalhas das Civilistas

Professora Fernanda Nunes Barbosa analisa parte do anteprojeto de reforma do Código Civil, especialmente no que diz respeito ao tratamento do direito à identidade pessoal e ao direito ao nome. ()

Migalhas Notariais e Registrais

Para Diego de Souza Araujo, sem correções nas re-

gulações do PLP 68/24, a reforma tributária pode falhar em alcançar suas metas de simplificação e Justiça, prejudicando setores essenciais como o notarial e registral. ()

Olhares Interseccionais

Érika Costa trata da luta pela dignidade e os desafios enfrentados por pessoas transgênero, especialmente mulheres transexuais e travestis, no Brasil. ()

Leitura Legal

Promotor de Justiça aposentado Eudes Quintino de Oliveira Júnior aborda a prisão em flagrante delito no contexto jurídico brasileiro, conforme disciplinado pelo artigo 302 do CPP, e sua percepção pela população. ()

Papo Jurídico

Advogado pode fazer delação premiada? Guilherme Galhardo Antonietto responde. ()

Migalhas de peso

- "Seletividade nos crimes cibernéticos", por Antônio Carlos de Almeida Castro (Kakay), advogado, e Grégore Moreira de Moura, desembargador Federal. ()

- "Conceito de 'prova nova' numa precisa abordagem doutrinária de Clarisse Lara Leite", por José Rogério Cruz e Tucci, advogado. ()

- "Evento Amatra IV: Aulão solidário RS - 23/5/24 - Desafios da conciliação trabalhista", por Luciane Cardoso Barzotto, desembargadora Federal. ()

- "Retrocesso econômico e revogação da desoneração da folha", por Ives Gandra da Silva Martins (Advocacia Gandra Martins). ()

- "Ansiedade afasta pelo INSS? Saiba tudo aqui!",

por André Beschizza (André Beschizza Advogados). ()

- "A necessidade da intimação pessoal do devedor para a exigibilidade da multa cominatória", por Michele Martins Barbosa Sanches (Mascarenhas Barbosa Advogados). ()

- "Introdução à responsabilidade penal de dirigentes de empresa", por Felipe Martins Pinto, Paula Brener, Ana Luiza Rodarte Bueno, Gabriella Martins Damasceno, Rodrigo Leonardo Vítor Xavier e Rebeca Correia (Felipe Martins Pinto Sociedade de Advogados). ()

- "Aprimoramento da legislação para prevenção a desastres naturais", por André Menescal (Nelson Wilians Advogados). ()

- "O caso Ashley Madison e a LGPD: Lições e implicações para a proteção de dados no Brasil", por Alexander Coelho (Godke Advogados). ()

- "Como obter pontuação adicional na residência médica pelo programa médicos pelo Brasil", por Evilasio Tenorio (TSA | Tenorio da Silva Advocacia). ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Baú migalheiro

Há 87 anos, em 27 de maio de 1937, a Ponte Golden Gate foi inaugurada em São Francisco, Califórnia. A ponte icônica é um marco importante na engenharia civil. ()

Sorteio da obra

A obra "Dano Existencial: Uma Análise Jurídica Profunda nas Cortes Superiores do Brasil" (Paixão Editores 152p.), escrita por Aurélio Miguel Bowen da Silva, oferece uma análise abrangente e detalhada so-

bre o dano existencial na legislação e jurisprudência das cortes superiores do Brasil. ()

Novidades

Conselho Federal da OAB lançará, no dia 27, o livro "Cartas ao Neto: Versos Maquiavélicos", do escritor e advogado Daniel Blume. A obra, que combina humor e crítica social, é uma sátira poética inspirada em figuras históricas e literárias, desde Luciano de Samósata até autores brasileiros como Ariano Suassuna. O lançamento ocorrerá na sede do Conselho Federal, às 19h. () Marino Pazzaglini Filho e Maria Fernanda Pessati de Toledo Waissman (Höfling Sociedade de Advogados) acabam de lançar o livro "Eleições Municipais 2024". () Acaba de ser lançado o livro "Introdução às Operações de Compra e Venda de Participação Societária - Manual de M&A", de Joaquim de Paiva Muniz (Trench Rossi Watanabe). () BMA Advogados lançou o "Relatório de Responsabilidade Social de 2023 - Nós e a Sociedade", que reúne as iniciativas feitas ao longo do último ano e demonstra o compromisso da banca em colaborar para a construção de um futuro melhor. () Vivacqua Advogados divulgou "Informativo semanal" com questões da Receita Federal e STJ. ()

Migalhíssimas

Hoje, Gilberto Garcia, presidente da comissão de Direito e Liberdade Religiosa do IAB, palestra no "Encontro de Empreendedores do Reino", em Três Rios/RJ. Amanhã, às 20h30, em São Luís, no auditório da OAB/MA, Édis Milaré, do escritório Milaré Advogados, fará uma exposição sobre o tema "Novos Rumos do Direito do Ambiente: uma resignificação das funções dissuasória, punitiva e reparatória da responsabilidade por dano ambiental" na abertura do "Congresso Brasileiro da Advocacia Ambiental - As Novas Perspectivas da Advocacia Ambiental no Brasil", promovido pela ESA e pelas Comissões de Meio Ambiente, de Desenvolvimento Sustentável e do Agronegócio da OAB/MA, em parceria com a OAB/Nacional e outras entidades. () João

Pedro Póvoa, Guilherme Morandi e Lídia Faria, do escritório Bichara Advogados, participam do webinar "Domicílio Judicial Eletrônico (DJE): centralização de comunicações judiciais e impactos para as empresas", promovido pela banca, que acontece amanhã, às 10h. () Do escritório AJS - Cortez & Advogados Associados, Rita Cortez apresenta palestra no "Congresso Internacional da Academia Brasileira de Direito", amanhã, às 14h40. A advogada vai abordar "As Alterações Legislativas e o Princípio da Irretroatividade no âmbito Trabalhista" e o evento acontece na sede da Academia Pernambucana de Letras (av. Rui Barbosa, 1596, Graças, Recife). Ana Tereza Basilio (de Basilio Advogados e vice-presidente OAB/RJ) apresenta a palestra de abertura, junto com o presidente da seccional, Luciano Bandeira, do seminário "Métodos alternativos da resolução de conflitos trabalhistas - o papel da advocacia, do MPT e do Judiciário". Amanhã, às 15h, no Plenário Evandro Lins e Silva, na OAB/RJ. () Dia 13/6, às 8h30, em SP, Pinheiro Neto Advogados realiza o evento presencial "Acessão do Brasil à OCDE: questões jurídicas relevantes". () Ontem, o advogado Marcello Oliveira, do escritório Candido de Oliveira - Advogados, comemorou 50 anos. Ex-tesoureiro da OAB/RJ e ex-presidente da Caarj, Marcello pediu aos convidados doações para as vítimas da tragédia do RS (pix SOS@AÇAODACIDANIA.ORG.BR. A festa serviu também para comemorar a posse de Marcello na Secretaria Nacional Jurídica da União Brasileira de Apoio aos Municípios (UBAM), que aconteceu dia 22/5, em Brasília. A entidade é uma das que promove a "Marcha dos Prefeitos" sobre Brasília, pedindo um pacto federativo mais justo. Em sua mais recente edição, "Análise Advocacia Regional" reconheceu o escritório Tojal | Renault Advogados por sua atuação especializada, na região metropolitana de SP. Alexandre Motta, do Grupo Inrise, participou, como entrevistado, do "PodCast 181", com Luis Rogério Barros. A temática do episódio fala sobre "Marketing Jurídico na Atualidade". Confira! ()

Propriedade Intelectual

Amanhã, das 18h30 às 21h30, **ABPI** - Associação Brasileira da Propriedade Intelectual promove o evento "Coquetel em homenagem ao Dr. David B. Kellis". ()

Software

Radar - Gestão para Advogados realiza amanhã, das 19 às 22h, o "Curso de software legal one - 6ª edição", através da plataforma online Zoom. ()

Reforma tributária

IASP promove amanhã, às 19h, o evento "ITCMD: Reforma tributária e projeto paulista 7/24 para alíquotas progressivas". ()

Publicações e intimações

Thomson Reuters Brasil realiza no dia 4/6, das 10 às 11h, o webinar "Controle de Publicações e Intimações: Descubra o que é necessário para fazer uma boa gestão". Inscreva-se. ()

Jovem na advocacia

OAB Jovem do Rio de Janeiro promove workshops temáticos "Oficina da jovem advocacia" na sede da OAB/RJ. No dia 1º/7, o projeto conta com um debate sobre execução penal. ()

Viva!

O ganhador do e-book "Direito e Gamers - Direito dos Jogos Eletrônicos", escrito por Bruno Cassol da Silva, é Estevão Serafini, de Mafra/SC. ()

Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas,

procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

GO/Fazenda Nova

SP/Paulo de Faria

Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, .

Migalhas Clipping

CartaCapital

"Está chegando a hora"

IstoÉ Dinheiro

"A nova cara da Petrobras"

Veja

"Começou a maratona"

IstoÉ

"Negacionismo que mata"

The New York Times - EUA

"Europe hits hurdles in improving its defenses"

The Washington Post - EUA

"Federal response to covid dwindles"

Le Monde - França

"Europe : le 'moteurs' franco-allemand à l'épreuve"

Corriere Della Sera - Itália

"Voto e riforme, alta tensione"

Le Figaro - França

"Euthanasie, suicide assisté : la colère des soignantes s'intensifie"

Clarín - Argentina

"Relevan una caja de la política vinculada al Ministerio de Justicia"

El País - Espanha

"España dará armas a Ucrania por un valor récord de 1.100 millones"

Público - Portugal

"PSD resista na Madeira mas volta a precisar de ajuda para governar"

Die Welt - Alemanha

"Union rügt Robert Habecks Israel-Kritik"

The Guardian - Inglaterra

"Sunak's national service plan is 'bonkers', says ex-military chief"

O Estado de S. Paulo - São Paulo

"Investimentos farão Nordeste crescer mais do que o Brasil"

Folha de S.Paulo - São Paulo

"Despesa fixa deve ampliar déficit ou frear investimento"

O Globo - Rio de Janeiro

"Regra do salário-mínimo anula ganhos da reforma"

Estado de Minas Gerais - Minas Gerais

"Abismo salarial separa servidores"

Correio Braziliense - Brasília

"Violência doméstica no DF faz duas vítimas a cada hora"

Zero Hora - Porto Alegre

"Enchentes deixam 30% das cidades gaúchas com problemas de internet"

O Povo - Ceará

"Tecnologias afetam mercado; ministro Luiz Marinho se diz atento"

Jornal do Commercio - Pernambuco

"Sport 'apaga', leva goleada do Fortaleza e sai humilhado"

Índice remissivo de assuntos

Marco regulatório | INPI
3

Patentes
3

Propriedade Intelectual
3

Propriedade Industrial
3

Pirataria
5

ABPI
7